

O contexto de implementação do Capitalismo e a emergência da subjetividade privatizada

Paola Carloni¹

RESUMO:

Desde os primórdios da civilização o homem tenta entender a subjetividade que o constitui. Remonta-se este processo ao surgimento da razão na Grécia Antiga com o nascimento da Pólis, momento em que a subjetividade se pautava num homem indivisível voltado para o bem da coletividade. Durante a Idade Média esta subjetividade se constituiu pela religião, ainda com a concepção de homem indivisível, mas à imagem e semelhança de Deus. Este cenário muda com o surgimento da Modernidade, em que verdades são questionadas e o homem deixa de buscar as respostas na religião, na raça ou na coletividade de um modo geral, mas passa a buscar a verdade em si, pois a verdade agora se dá para ele, internamente. Este novo modo de conceber a subjetividade, que se denomina de subjetividade privatizada, coloca o homem em uma situação de desamparo e insegurança, ao mesmo tempo em que lhe propicia uma liberdade nunca antes experimentada. Esse nova concepção é propiciada pelo individualismo da sociedade capitalista, em que o lucro é buscado acima das necessidades coletivas. O objetivo deste artigo é refletir sobre as mudanças nesta concepção para entender que tipo subjetividade se constitui no contexto do capitalismo.

Palavras-chave:

Capitalismo, subjetividade privatizada e visão de homem

Introdução

Para compreendermos que tipo de subjetividade se estrutura neste momento histórico, é preciso compreender o contexto social e econômico, que pauta a constituição da subjetividade e perceber seus desdobramentos nos últimos séculos. Para que seja possível esta reflexão, este artigo propõe uma revisão bibliográfica sobre as mudanças na concepção de subjetividade durante a Idade Moderna, retomando ainda o tipo de subjetividade que se concebia desde a Grécia Antiga, pois esta é considerada o berço da civilização Ocidental.

Assim, pretende-se entender o processo que permite o surgimento de uma subjetividade pautada no individualismo e nos interesses econômicos sobrepondo os

¹ Paola Carloni é mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás, instituição em que cursou Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e fez especialização em Assessoria de Comunicação. Fez ainda um intercâmbio na Universidade do Minho, em Braga, Portugal, para estudar Psicologia. Atualmente cursa o último ano de Psicologia na Universidade Federal de Goiás e é professora adjunta na Faculdade Araguaia.

interesses coletivos. Para os autores que embasam este artigo, o ser humano tem se afundado num processo de barbárie, apesar de tanto desenvolvimento tecnológico. O momento que deveria propiciar um progresso humano superior aos outros momentos da história, devido as possibilidades de uma mecanização em que se produz mais comida e bens de consumo, tem relegado os sujeitos cada vez mais à condição de desamparo e insegurança.

Este artigo não pretende dar respostas fechadas e definitivas sobre esta questão, mas abrir a possibilidade de reflexão para se pensar o processo de mudança na subjetividade e como isso é influenciado diretamente pela economia e pelas transformações sociais. Não existe ser humano fora da sociedade. Para entender o homem e sua subjetividade é fundamental, então, compreender o momento histórico e as transformações econômicas.

1 – O conceito de indivíduo e as mudanças ao longo da história

Para entender as transformações históricas que possibilitaram a constituição de uma subjetividade pautada no individualismo, é preciso fazer um breve histórico sobre o conceito de indivíduo ao longo da história da civilização Ocidental.

A respeito da visão de homem, Horkheimer e Adorno (1956, p. 46) explicam que: "desde o seu aparecimento, o conceito de indivíduo quis sempre designar algo concreto, fechado e auto-suficiente, uma unicidade que se caracteriza por peculiaridades que só a ele se aplicam". Para a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, a possibilidade de uma definição concreta e definitiva de indivíduo não é possível, pois a própria tentativa de se conceitualizar qualquer tema merece alguns cuidados.

Definir é o mesmo que capturar – objetividade, mediante o conceito fixado, algo objetivo, não importa o que isto seja em si. Daí a resistência de sujeito e objeto se deixarem definir. Para determiná-los, requer-se refletir precisamente sobre a coisa mesma, a qual é recortada pela definição com vistas a facilitar seu manejo conceptual (ADORNO, 1995, p. 182).

Para entender quem é o sujeito, Horkheimer e Adorno (1956) apresentam uma discussão sobre os conceitos de indivíduo abordados ao longo da história da humanidade.

Horkheimer e Adorno (1956) esclarecem que o termo indivíduo vem do latim *atomom* que é aquele que não se divide. Na Grécia Antiga se acreditava na concepção de homem enquanto um átomo indivisível. Também durante a Idade Média, em que a compreensão de mundo vigente era a cristã, a ideia de homem indivisível se manteve como a explicação dominante. Neste momento a subjetividade se constituía pela religião, com um homem que buscava as explicações e as verdades num além, em algo que não era ele, mas estava fora dele.

O surgimento da filosofia e da razão, no contexto de criação da cidade, permitiu o nascimento do indivíduo ocidental. Segundo Horkheimer (2002, p. 135), "o indivíduo grego típico floresceu na era da *pólis*, ou cidade estado". O autor explica que a civilização grega "estabeleceu um equilíbrio entre o estado e seus membros, entre a liberdade individual e o bem-estar da comunidade" (HORKHEIMER, 2002, p. 135 e 136). O indivíduo grego emerge junto com a formação da *pólis*² e a invenção da razão, que ainda hoje influenciam a constituição da sociedade Ocidental.

O indivíduo só se constitui como homem na relação com a *pólis*, como esclarecem Horkheimer e Adorno (1956, p. 49):

Somente na convivência com outros o homem é homem, tanto para Platão como para Aristóteles, a quem pareceu 'natural' a sua existência na comunidade, ou *pólis*, dado que a verdadeira natureza humana só nela poderá ser plenamente realizada. O homem não social só poderá ser um animal ou um deus. Por conseguinte, a *polis* constitui, no tocante à natureza do homem, um *a priori*, o dado fundamental que possibilita a própria existência do ser humano.

² Segundo Vernant (2006, p. 53), "o aparecimento da *pólis* constitui, na história do pensamento grego, um acontecimento decisivo. [...]. Entretanto, desde o seu advento, que se pode situar entre os séculos VIII e VII [A.C.], marca um começo, uma verdadeira invenção; por ela, a vida social e as relações entre os homens tomam uma forma nova, cuja originalidade será plenamente sentida pelos gregos". Ainda segundo Vernant (2006), são três as características fundamentais da *pólis*: a hegemonia das palavras sobre todos os outros meios de poder, a publicização dos elementos mais importantes da vida social e, por último, os cidadãos são considerados como semelhantes. Apenas com esse grupo de iguais (isonomia) pode haver a *pólis*, mesmo que haja uma contradição dentro da própria definição grega, pois iguais eram apenas os considerados cidadãos, grupo que excluía mulheres, estrangeiros e escravos.

O equilíbrio entre sociedade e indivíduo, que se idealizou na sociedade grega, não é alcançado ou mesmo buscado na sociedade capitalista, inaugurando, assim, a crise do indivíduo. Na Modernidade³, há um antagonismo entre indivíduo e sociedade, ora prevalecendo o sujeito, ora a simbiose dele com o grupo. Não se enfatiza a tensão entre ambos, mas há um aplacamento dessa relação, em que se perdem as contradições. "Hoje, esse antagonismo é suplantado na mente consciente dos indivíduos pelo desejo de se adaptarem à realidade. Esse processo é sintomático da crise atual do indivíduo" (HORKHEIMER, 2002, p. 136). A crise do indivíduo, segundo Horkheimer (2002), é a manifestação da crise da própria razão humana.

O autor explica que, na Modernidade, se valoriza a autopreservação, mesmo que, para ele, não exista mais um eu a se preservar, pois "quanto mais intensa é a preocupação do indivíduo com as coisas, mais as coisas dominarão, mais lhe faltarão os traços individuais genuínos, e mais a sua mente se transformará num autômato da razão formalizada" (HORKHEIMER, 2002, p. 134 e 135). O indivíduo se perde na busca pela sobrevivência em meio a uma sociedade que incentiva a procura exacerbada pelo lucro. A sociedade capitalista permite a existência de um indivíduo cujo sentido é fragmentado. O sujeito, no consumismo, busca sua autopreservação e se funde de maneira simbiótica ao todo social, perdendo a essencial tensão entre o todo e as partes, que permite a ele se perceber membro de uma coletividade, mas ainda assim possuidor de uma individualidade.

³ A Idade Moderna, ou Modernidade, tem início, aproximadamente, por volta do século XV e XVI, com as circunavegações e uma reestruturação do conhecimento por meio do Renascimento, inaugurando uma nova maneira de viver e de se posicionar no mundo, representada por pensadores como Descartes (2003). Este filósofo revolucionou a filosofia moderna, considerado o pensador que a inaugura. O autor estabelece a necessidade de se criar um método, que ficou conhecido como método cartesiano, em que se coloca em dúvida verdades já estabelecidas. "Não desejei começar rejeitando completamente algumas das opiniões que puderam insinuar-se no passado em minha confiança, sem que aí tivessem sido postas pela razão, antes de empregar bastante tempo para elaborar o projeto da obra que me propus e procurar o verdadeiro método para alcançar o conhecimento de todas as coisas das quais o meu espírito fosse capaz" (DESCARTES, 2003, p. 30 e 31). Segundo Bernman (2007, p. 24) "existe um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como 'Modernidade'. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da Modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a Modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia". O modo de produção capitalista se desenvolve durante a Idade Moderna. Segundo Marcuse (1978, p. 278 e 279), "o modo capitalista de produção é uma forma especificamente histórica de produção de mercadorias, que se origina sob as condições da 'acumulação primária'. [...] Este processo ocorreu nos séculos quinze e dezesseis e resultou, com a expansão universal da produção de mercadorias, em uma nova estratificação social".

Com efeito, a crença na independência radical do ser individual em relação ao todo nada mais é, por sua vez, do que uma aparência. A própria forma do indivíduo é a forma de uma sociedade que se mantém viva em virtude da mediação do mercado livre, no qual se encontram sujeitos econômicos livres e independentes. Quanto mais o indivíduo é reforçado, mais cresce a força da sociedade, graças a relação de troca em que o indivíduo se forma. [...] A interação e a tensão do indivíduo e da sociedade resumem, em grande parte, a dinâmica de todo o complexo [...] O conceito puro de sociedade é tão abstrato quando o conceito puro de indivíduo, assim como o de uma eterna antítese entre ambos (HORKHEIMER e ADORNO, 1956, p. 53).

É preciso compreender o conceito de indivíduo sócio-historicamente e cuidar para não idealizar tanto a mediação social, quanto a constituição biológica. Não se pode tornar o conhecimento fixo impedindo que se formulem novas considerações e se entenda o homem em novas perspectivas, pois o conceito dependerá da sociedade em que o sujeito se insere e da sua relação com o objeto.

Faz-se necessário entender a mediação, que, aqui, é o próprio contexto de implementação e desenvolvimento do capitalismo, para compreender a visão de homem que se estabelece nesta sociedade e qual o tipo de subjetividade por ela difundida

2 - O contexto capitalista e a emergência da subjetividade privatizada

É preciso compreender o momento histórico e as contradições das mediações em que se insere o sujeito que se constitui com base na relação com a cultura para que se possa entender e refletir sobre quem é este sujeito. "A objetividade só pode ser descoberta por meio de uma reflexão sobre cada nível da história e do conhecimento, assim como sobre aquilo que a cada vez se considera como sujeito e objeto, bem como sobre as mediações" (ADORNO, 1995, p. 193).

Para compreender que tipo de subjetividade se constitui no momento atual é preciso entender o contexto que permite o individualismo. "Quanto menos são os indivíduos, tanto maior é o individualismo" (HORKHEIMER e ADORNO, 1956, p. 53). Esta sociedade é propiciada por um modo de produção em que o lucro é buscado de maneira exacerbada em detrimento dos sujeitos.

Assim, como a subjetividade é sócio-historicamente constituída, também o modo de produção depende das relações sociais. A economia influencia diretamente a estruturação da sociedade. O capitalismo fundamenta um novo tipo de subjetividade, por isso a importância de se entender o contexto econômico para compreender o homem.

O modo de produção capitalista se desenvolve durante toda a Idade Moderna e passa por diversas reestruturações e transformações. O período situado entre 1789 e 1914 é considerado o seu marco de implementação, desenvolvimento e consolidação. Inicialmente, o novo modo de troca, em que se pretendia comprar no mercado mais barato e vender no mais caro, ficou conhecido como Mercantilismo. As trocas e a produção foram se desenvolvendo até atingir uma forma tecnologicamente avançada, principalmente com a divisão do trabalho em intelectual e manual e a invenção das máquinas a vapor a partir da revolução industrial, na segunda metade do século XVIII. Juntamente com a revolução industrial, que mudou a economia mundial, a revolução francesa, com seus ideais Iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade, derrotou definitivamente a aristocracia feudal, elevando a burguesia ao governo, destituindo a monarquia absolutista e modificando todo o cenário da política mundial desde então (HOBSBAWM, 2005).

As mudanças política e econômica foram acompanhadas e constituíram as transformações nos valores sociais e na formação dos sujeitos. O conceito e o sentido da individualidade são uma invenção da Modernidade, compondo a subjetividade deste momento histórico. "E não é mero acidente fortuito que só por volta do século XVIII a palavra 'indivíduo' tenha passado a designar o homem singular, e que a própria coisa não seja muito mais antiga do que a palavra, dado que só começou a existir nos alvares do Renascimento" (HORKHEIMER e ADORNO, 1956, p. 52).

No contexto propiciado pela Modernidade, houve a valorização do homem detentor de uma individualidade que se constitui como uma subjetividade privatizada. De acordo com Figueiredo e Santi (2006, p. 30 e 31), "[...] o homem moderno não busca a verdade num além, em algo transcendente; a verdade agora significa adquirir uma representação correta do mundo. Essa representação é *interna*, ou seja, a verdade reside no homem, dá-se para ele".

A configuração da subjetividade surge com a influência da dupla revolução e a "experiência de sermos sujeitos capazes de decisões, sentimentos e emoções privados só

se desenvolve, se aprofunda e se difunde amplamente numa sociedade com determinadas características" (FIGUEIREDO e SANTI, 2006, p. 19). Os autores pontuam que ao ler as principais obras da história, percebe-se que "as grandes irrupções da experiência privatizada ocorrem em situações de crise social, quando uma tradição cultural (valores, normas e costumes) é contestada e surgem novas formas de vida" (FIGUEIREDO e SANTI, 2006, p19). A sociedade em crise revela, por meio da literatura e das artes, a existência de homens mais solitários, em conflito com as velhas tradições.

A crise de valores foi sentida de maneira muito intensa nos séculos XVIII e XIX, devido à revolução tecnológica que promoveu um salto no modo de produção concomitante com a mudança ideológica propiciada pela revolução francesa. O estado de incertezas ocorreu com a transição do modo de produção feudalista para o capitalista e de mudanças na ideologia vigente. Essas modificações nos cenários político e econômico transformaram a linguagem mundial. De acordo com Hobsbawm (2007), a partir da década de 1860, a palavra capitalismo passou a fazer parte do vocabulário econômico e político do mundo, alterando todas as relações humanas, inclusive o trabalho. O autor explica que as bases para o grande desenvolvimento do capitalismo estão na dupla revolução ocorrida entre 1789 e 1848, em que o mundo transformou-se a partir de uma base europeia, mais especificamente franco-britânica⁴.

Não só o termo capitalismo se popularizou nesse período, mas outros também passaram a fazer parte do vocabulário da maioria dos países, como indústria, classe média, classe trabalhadora, fábrica, socialismo, nacionalidade, crise econômica, greve e várias outras, de acordo com Hobsbawm (2005). Desde o surgimento da economia

⁴ Hobsbawm (2005) utiliza o termo dupla revolução ao se referir a revolução francesa e a revolução industrial (esta iniciada na Inglaterra), que ocorreu na Europa no final do século XVIII e início do XIX, e posteriormente se estendeu ao resto do mundo, mudando o cenário econômico e político de todos os países. O mundo se transformou a partir de então com base europeia. "O período que começa com a construção do primeiro sistema fabril do mundo moderno em Lancashire e com a Revolução Francesa de 1789 termina com a construção da primeira rede de ferrovias e a publicação do Manifesto Comunista" (HOBSBAWM, 2005, p. 19). Ainda para o autor, essas revoluções não foram simplesmente o triunfo da indústria, mas da indústria capitalista e da sociedade burguesa liberal. A revolução industrial propiciou o desenvolvimento tecnológico que rege a lógica da sociedade capitalista e tem seu marco inicial na década de 1780, em que se podia perceber uma Europa essencialmente rural, com poucas cidades. A Inglaterra possuía o contexto propício para o desenvolvimento tecnológico a partir da agricultura. Com o surgimento da primeira fábrica em Lancashire, em 1789, e o desenvolvimento industrial do país, a revolução industrial se estendeu a toda a Europa e depois ao resto do mundo. Já a revolução francesa tem como marco inicial a tomada da Bastilha de Paris, em 14 de julho de 1789, pela população mobilizada. A Bastilha era uma prisão estatal que simbolizava o poder real e onde os revolucionários esperavam encontrar armas. A revolução se alastrou para o campo e, em seguida, os ideais da revolução francesa dominaram toda a política e ideologia mundial (HOBSBAWM, 2005).

capitalista, havia uma exploração da mão de obra dos trabalhadores, o que gerava conflitos entre a burguesia e o proletariado⁵.

O triunfo global do capitalismo é o tema mais importante da história das décadas que se sucederam a 1848. Foi o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar no mercado mais barato (inclusive trabalho) e vender no mais caro (HOBSBAWM, 2007, p. 19).

Segundo Figueiredo e Santi (2006), este contexto possibilitou a experiência de uma subjetividade privatizada. Os principais fatores que a desencadearam foram a competição econômica, em meio ao contexto de inseguranças marcado pela tradição feudal, e a ascensão de uma mudança radical, devido a um novo modo de produção, em que se permitia a mobilidade social. "A perda de referências coletivas como a religião, a 'raça', o 'povo', a família, ou uma lei confiável obriga o homem a construir referências internas. Surge o espaço para a experiência da subjetividade privatizada: quem sou eu, como sinto [...]?" (FIGUEIREDO e SANTI, 2006, p 20).

A concepção de subjetividade mudou ao longo da Idade Moderna. A sociedade em transformação entrou em conflito e ficou suscetível a explicações que podiam lhe trazer segurança. A mudança do modo de produção feudal para o capitalista provocou conflitos sociais e na produção da subjetividade. Os ideais da revolução francesa, aliados à possibilidade de mobilidade social e enriquecimento da revolução industrial, mesmo que não cumpridos, se tornaram a promessa da maioria dos setores da sociedade e dos povos do mundo. Eles trouxeram esperança aos trabalhadores oprimidos, que, num primeiro momento, abraçaram os princípios burgueses e acreditaram nas promessas da revolução política, permitindo que o novo modo de produção se implementasse e desenvolvesse.

A transformação estabelecida pela revolução industrial modificou o cenário econômico mundial em definitivo, desde então, mas a revolução francesa foi que mudou

⁵ Para Marx e Engels (2001), o proletariado é “a classe dos operários assalariados modernos que, não possuindo meios próprios de produção, reduzem-se a vender a força de trabalho para poderem viver” (MARX e ENGELS, 2001, p. 23) e “por burguesia entendemos a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e empregadores do trabalho assalariado” (MARX e ENGELS, 2001, p. 23).

a configuração política, os valores e as normas de toda a civilização Ocidental. Dessa maneira, a constituição da subjetividade não é algo natural, mas resultado de um processo histórico.

De forma simplificada, podemos dizer que nossa noção de subjetividade privada data aproximadamente dos últimos três séculos: da passagem do Renascimento para a Idade Moderna. O sujeito moderno teria se constituído nessa passagem e sua crise viria a se consumir no final do século XIX (FIGUEIREDO E SANTI, 2006, p. 23).

A possibilidade de ser livre, igual e fraterno passou a constituir a ideologia do mundo capitalista, que prometia a todos esta condição, influenciados pela filosofia do liberalismo.

O liberalismo na sua versão original, formulada por John Locke (1632-1704), sustentava a tese dos direitos naturais do indivíduo a serem defendidos e consagrados por um Estado nascido de um contrato livremente firmado entre indivíduos autônomos para garantir seus interesses [...]. De uma certa forma, pensar em termos de eficiência, interesse e utilidade pertencia também à tradição liberal. Contudo, o utilitarismo irá substituir a crença e a defesa intransigente dos direitos naturais dos indivíduos pelo cálculo racional da felicidade (FIGUEIREDO, 2007, p130 e 131).

Os ideais burgueses não se estenderam a todos e o seu não cumprimento gerou crises que culminaram em levantes revolucionários e na organização dos trabalhadores em uma classe social, o proletariado. Eram os trabalhadores que sustentavam as regalias da burguesia, a qual precisava de mão de obra barata para o desenvolvimento econômico. A promessa de possibilidade de enriquecimento ou ascensão social pelo mérito e esforço individual mantinha o trabalhador em seu posto, visto que eles tentavam alcançar essa promoção. Possibilidade esta que não existia no Feudalismo (HOBSBAWM, 2005).

A ruína do antigo modo de produção não foi simples. Durante o século XVIII e início do XIX, o conflito entre a burguesia e a aristocracia era crescente. Aquela queria liberdade para o seu comércio e acabar com os privilégios da classe dominante, enquanto que esta pretendia manter suas prerrogativas. A burguesia precisava que os princípios econômicos do capitalismo e os Iluministas, principalmente a liberdade, fossem assimilados para que o comércio e o consumo se desenvolvessem. "A crença na

liberdade dos homens é um dos elementos básicos da democracia e da sociedade de consumo" (FIGUEIREDO e SANTI, 2006, p. 22).

Havia, então, um conflito na constituição dos sujeitos, que vinham de um contexto feudal com uma subjetividade pautada no coletivo. "A experiência medieval fazia com que o homem se sentisse parte de uma ordem superior que o amparava e o constrangia ao mesmo tempo" (FIGUEIREDO E SANTI, 2006, p. 23 e 24). Em contraste havia a ascensão de um modo de produção fundamentado no individualismo: o capitalismo. Nele, há a possibilidade da experiência de uma liberdade sem limites, mas que, ao mesmo tempo, deixa o homem perdido e inseguro. "No Renascimento teria surgido uma experiência de perda de referências. A falência do mundo medieval e a abertura do ocidente ao restante do mundo europeu teriam lançado o homem europeu numa condição de desamparo" (FIGUEIREDO e SANTI, 2006, p. 23).

Com o desenvolvimento da indústria, a população rural iniciou o processo de migração para as cidades, formando uma massa de mão de obra disponível para a exploração capitalista, o que aumentava também o desemprego e as crises sociais.

Ao aliar progresso tecnológico à promessa Iluminista, conseguiu-se que o proletariado não oferecesse resistência, aumentando o lucro da burguesia. A manutenção do trabalhador em seus postos de trabalho se deu não só pela promessa, mas pela instauração do que Figueiredo e Santi (2006) denominam de Regime Disciplinar.

Parece que de fato a liberdade individual acabou não sendo vivida como tão boa assim porque de um jeito ou de outro todos parecem se defender contra o desamparo, a solidão e a imensa carga de responsabilidade que implica ser livre, ser singular, ter interesses particulares e ser diferente. É na busca de reduzir os 'inconvenientes' da liberdade, das diferenças singulares, etc. que se foi instalando e sendo aceito entre nós ocidentais e modernos um verdadeiro sistema de docilização, de domesticação dos indivíduos [...]. Esse sistema que envolve a elaboração e aplicação de técnicas 'científicas' de controle social e individual será chamado de Regime Disciplinar ou, mais simplesmente, 'Disciplinas' e pode ser encontrado muito facilmente nas práticas de todas as grandes agências sociais, como as escolas, as fábricas, as prisões, os hospitais, os órgãos administrativos do Estado, os meios de comunicação de massa, etc. (FIGUEIREDO e SANTI, 2006, p. 45 e 46).

A partir do Regime Disciplinar, houve uma redução das possibilidades de se viver a experiência da subjetividade privada, em que o sujeito poderia refletir sobre sua

condição e questionar as relações sociais. Esse regime camuflava a impossibilidade, visto que no processo de adaptação há uma falsa ideia de que os princípios do Iluminismo são cumpridos, pois "faz parte de seu modo de funcionamento dissimular-se, esconder-se, deixando-nos crer que somos cada vez mais livres, profundos e singulares" (FIGUEIREDO e SANTI, 2006, p. 46).

As exigências da revolução industrial foram atendidas pela revolução francesa na própria Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Nela, estava inclusa a propriedade privada como um direito natural, sagrado, inalienável e inviolável, mostrando que ela continha em si a contradição de tentar aliar as ideias iluministas à mudança econômica. Os direitos propostos no lema da revolução foram excluídos do povo que apoiou a revolução na própria Declaração, pois além de assegurar o direito à propriedade privada, "prevê a existência de distinções sociais" (HOBSBAWM, 2005, p. 91).

Outra característica importante da dupla revolução foi o fim dos privilégios aristocratas. A sociedade passou a ser construída sobre o 'carreirismo individual', em que as profissões estavam abertas ao 'talento', ou, ao mérito individual. O ofício não era mais determinado pela família, mas o liberalismo proporcionava uma mobilidade social. O homem se fazia por si mesmo, o que gerava a possibilidade de liberdade, ao mesmo tempo em que emergia, também, um sentimento de insegurança. Os sujeitos podiam escolher e mesmo lutar por uma vida diferente da sua família, o que diferenciava o novo modo de produção capitalista do feudalismo, pelo menos do ponto de vista ideológico, pois a promessa não era verdadeira. Para haver acúmulo de riquezas, era preciso mão de obra barata e disponível, o que impossibilitava os ideais iluministas para todos. Por mais que no capitalismo exista a possibilidade de mobilidade social, é preciso explorar o trabalho da maioria para que uma elite privilegiada possa deter o lucro. (HOBSBAWM, 2005)

A possibilidade de mobilidade social, tendo no mérito e no talento o elemento que permitiria a mudança, é fundamental para a adaptação social. "Quem resiste aos mecanismos de adaptação já não é considerado o mais capaz. Já não procura sua própria conservação através da adaptação, é visto com menosprezo: como deformado, atrofiado, fracote" (ADORNO, 1995, p. 66). É preciso se destacar pelo talento, ao mesmo tempo em que se deve estar adaptado à realidade objetificada, constituindo o que Adorno (1994) denomina de pseudoindividação. "Por pseudo-individação entendemos o

envolvimento da produção cultural de massa com a auréola da livre-escolha ou do mercado aberto, na base da própria estandardização" (ADORNO, 1994, p. 123).

O sujeito se sente diferente, pois se acredita talentoso. Há uma falsa ideia de que há uma livre escolha, ao mesmo tempo em que ele está subsumido à realidade social objetificada e completamente igual aos outros, estandardizado, o que, de acordo com Horkheimer e Adorno (1985), é o processo de indiferenciação do sujeito. "A semelhança perfeita, é a diferença absoluta. [...] Cada um é tão-somente aquilo mediante o que pode substituir todos os outros: ele é fungível, um mero exemplar" (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p. 136).

Com o desenvolvimento capitalista, a escola começou a ter o caráter comercial que tem hoje, como explica Ariès (1981). Por volta do século XIV, mesmo que de maneira incipiente, se tornou uma possibilidade de ganhar dinheiro. "Então, o mestre esperava pelos alunos, como o comerciante espera pelos fregueses. Algumas vezes um mestre roubava os alunos do vizinho" (ARIÈS, 1981, p. 167). A institucionalização dos colégios e a necessidade de colocar as crianças para que pudessem aprender foi sócio-historicamente construída ao longo da Idade Moderna.

Nesse período, o mundo estava mais rico do que nunca, devido à capacidade de produzir bens e serviços, o que possibilitou que ele vivesse uma crise de identidade, tanto em relação à subjetividade⁶, como no que se refere à política. "Ainda mais óbvia que as incertezas da economia e da política mundiais eram a crise social e moral" (HOBSBAWM, 1995, p. 20). Em contrapartida, nunca houve tanta desigualdade na distribuição de renda. O acúmulo, cada vez mais acentuado, na mão de poucos, gera miséria em grandes proporções, acarretando em sofrimento humano.

No final do século XX, o mundo era qualitativamente diferente do início do mesmo século. Há, pelo menos, três aspectos que mostram essa mudança: o mundo tinha deixado de ser eurocêntrico, o processo de globalização era avançado, fazendo do globo "muito mais uma unidade operacional única" (HOBSBAWM, 1995, p. 24) e os velhos padrões haviam se desintegrado. A lógica mecanicista, ligada ao status, que atinge todas as relações sociais, ganha força nesse período e dá a base para a expansão

⁶ A subjetividade do final do século XIX e início do XX se constitui com uma excentricidade. "Trata-se, em todos os aspectos da existência, de elaborar um estilo próprio que se diferencie de todas as medidas centrais: a média, a mediana e a moda. Há uma intenção permanente de ser original, de ocupar um espaço excêntrico, tanto no sentido geométrico como no sentido existencial do termo" (FIGUEIREDO, 2007, p. 157). Nesta tentativa de se tornar único e diferenciado, o sujeito se perde. Ao perder também a referência e os valores, ele se torna o que Adorno e Horkheimer (1985) denominam de sujeito indiferenciado.

da influência da indústria cultural⁷, que passa a pautar definitivamente a constituição dos sujeitos ao longo do século XX e início do século XXI. A concretização das especulações sobre uma mudança na constituição da subjetividade neste início de milênio será ou não confirmada apenas nos desdobramentos históricos e pelas relações sociais que se constituem nesta cultura. É preciso observar os rumos que o mundo toma em momentos de crise e as soluções pretendidas pela população, pois a mudança nos rumos da história se dá somente em uma relação dialética entre a mudança da materialidade que constitui a subjetividade e uma mudança subjetiva, pois são os homens que constituem a sociedade.

CONCLUSÃO

Percebe-se, por meio desta revisão bibliográfica, que discutir subjetividade não é um assunto simples, pois se relaciona ao momento histórico e às influências que constituem o sujeito. A concepção de homem dependerá do modo de produção e das relações sociais do momento em que ele vive, pois não há indivíduo isolado, mas sempre na relação com outros homens, pois o ser humano é um animal social que só pode se constituir na relação com outros homens. Portanto, para estudar Psicologia e tentar entender o homem é imprescindível o diálogo com a História, com a Sociologia e com as diversas áreas que tentam entender o contexto e o momento histórico das diversas fases da humanidade.

As mudanças a partir da Idade Moderna marcam este novo momento em que o homem se constitui com base no desamparo, na insegurança e em uma liberdade sem

⁷ A indústria cultural é um conceito teórico criado por Adorno e Horkheimer (1985) para entender a lógica de consumo da sociedade capitalista. Esses autores percebem que, na segunda metade do século XX, o mundo viveu uma 'revolução cultural', que atingiu não apenas as artes, mas toda a estrutura de relações da sociedade (família, conflito entre gerações, etc...). Nesta reestruturação do capitalismo, houve uma atenção maior para as atividades culturais, pois se percebeu nas artes, principalmente no entretenimento, uma possibilidade de lucro e investimento. Neste período, que vivenciava o pós-guerra, a publicidade se desenvolveu acentuadamente, impulsionando a indústria cultural, mesmo que se possa falar em indústria cultural antes deste momento. O objetivo da indústria cultural é transformar tudo em mercadoria com objetivo de gerar lucro.

A indústria cultural promete, de maneira ilusória, que por meio do consumo o indivíduo terá suas necessidades satisfeitas. Ela se apropria da incompletude humana e estabelece a promessa da felicidade pelo consumo. Por meio desta promessa há o estabelecimento de padrões "Os padrões teriam resultado originariamente das necessidades dos consumidores: eis porque são aceitos sem resistências" (Horkheimer e Adorno, 1985, p. 114). E a necessidade fundamental a que a indústria cultural submete os sujeitos é a promessa de que saciará a incompletude, tornando-lhes felizes.

limites. O capitalismo possibilita a busca pelo lucro que exacerba este individualismo, que é influenciado ainda pelo avanço tecnológico propiciado pela revolução industrial e pela produção do conhecimento desde o Renascimento, que se consolida com o Iluminismo e os ideais da Revolução Francesa.

Entender este contexto e não naturalizar a subjetividade, mas perceber que se trata de uma construção e não de uma composição inata do ser humano, é fundamental para qualquer pessoa que viva nesta sociedade, tanto para possibilitar transformações pessoais, mas, principalmente, sociais. Este artigo pretendeu abrir a discussão e a reflexão, cabe agora ao leitor buscar mais subsídios para aprofundar neste conhecimento e abrir debates que insitem a crítica e não a conformação e a naturalização da dominação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Palavras e sinais: modelos crítico 2**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1994.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

FIGUEIREDO, L C. **A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação 1500-1900**. São Paulo: Escuta, 2007.

_____. e SANTI. **Psicologia: uma (nova) introdução**. São Paulo: EDUC, 2006.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2005

_____. **A era do capital**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. e ADORNO, Theodor W. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.

_____. **Temas básicos da Sociologia**. São Paulo, Editora Cultrix, 1956.

MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, Karl e ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego - 16ª edição - Rio de Janeiro: Difel, 2006.**